



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2012

PARECER-CONJUNTO N.º 24-SFRI/SUDECO, DE 26.12.2012

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	4
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	4
3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR).....	7
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	8
5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.....	8
5.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES	9
5.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	9
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012	10
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2012	10
6.2. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	11
6.3. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	11
7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2012	12
7.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2012.....	12
7.2. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	13
7.3. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	13
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2012	14
8.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	14
8.2. REPASSES DO TESOURO NACIONAL	14
8.3. RETORNOS DE FINANCIAMENTOS	14
8.4. RESULTADO OPERACIONAL.....	14
8.5. RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR.....	14
8.6. DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	15
9. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2012.....	15
9.1. CONTRATAÇÕES POR UF.....	15
9.1.1. <i>Contratações no DF</i>	16
9.1.2. <i>Contratações no Estado de GO</i>	17
9.1.3. <i>Contratações no Estado de MS</i>	18
9.1.4. <i>Contratações no Estado de MT</i>	19
9.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE	20
9.2.1. <i>Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	21
9.2.2. <i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	22
9.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	23
9.3.1. <i>Contratações com o setor empresarial</i>	23
9.3.2. <i>Contratações com o setor rural</i>	23
9.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	24
9.4.1. <i>Contratações com os setores comercial e de serviços</i>	26
9.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	26
9.5.1. <i>Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores</i>	26
9.5.2. <i>Contratações junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores</i>	27
9.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO.....	28
9.6.1. <i>Contratações na Faixa de Fronteira</i>	28
9.6.2. <i>Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas</i>	29
9.6.3. <i>Contratações segundo a Tipologia dos Municípios</i>	29
9.6.4. <i>Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)</i>	29
9.7. CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	30
9.8. CONTRATAÇÕES COM VALOR SUPERIOR A R\$ 10 MILHÕES	30
9.9. CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	30
9.10. SITUAÇÃO DA DEMANDA	31
10. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS	32
10.1. INDICADORES DE DESEMPENHO	32
10.2. METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS	33
10.2.1. <i>Índice de Aplicação (IA)</i>	34

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

10.2.2.	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	34
10.2.3.	Índice de Inadimplência (II).....	34
10.2.4.	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE).....	34
10.2.5.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB).....	34
10.2.6.	Índice de Contratações por UF (ICUF).....	35
10.2.7.	Índice de Contratações por Setor (ICS)	35
10.2.8.	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM).....	35
11.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES	35
11.1.	PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS.....	36
12.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	38
12.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA.....	38
12.2.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS ALONGADOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437	40
12.3.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA	40
12.4.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177/2001	40
12.5.	PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2012.....	40
12.6.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS	41
12.7.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	41
12.7.1.	Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil	42
12.7.2.	Risco Compartilhado.....	42
12.7.3.	Risco 100% ou integral do Fundo.....	43
12.7.4.	Risco de Terceiros	44
12.8.	SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	44
12.9.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA.....	44
13.	OUTROS ASPECTOS	46
13.1.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS	46
13.2.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS	46
13.3.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS	47
13.4.	REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR	47
13.5.	REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR	47
13.6.	REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA.....	47
13.7.	OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO	47
13.8.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
13.9.	OPERAÇÕES AJUIZADAS	48
13.10.	FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM.....	49
13.10.1.	Fiscalização.....	49
13.10.2.	Controle.....	49
13.10.3.	Auditagem.....	49
13.11.	AUDITORIA EXTERNA	49
14.	ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL.....	51
15.	LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO.....	52
15.1.	LEIS E MEDIDAS PROVISÓRIAS	52
15.2.	RESOLUÇÕES CMN/BACEN	52
15.3.	RESOLUÇÕES DO CONDEL/FCO	52
16.	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	53
16.1.	SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE	54
16.1.1.	Planejamento e Organização	54
16.1.2.	Resultados	54
17.	SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	56
18.	PARECER E RECOMENDAÇÕES.....	59

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento (PNDR).

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

Nome Completo e Oficial do Fundo	Vinculação Ministerial
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).	Ministério da Integração Nacional (MI).
Natureza Jurídica	
Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º, do Decreto n.º 93.872, de 23.12.1986).	

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União

Normas

- o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e
- o art. 6º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, destinou 0,6% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para o FCO.

Administradores

A administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Observações

- o § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, será submetido à sua consideração e deliberação, e não mais à do Condel/FCO;
- com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI);
- o presente relatório encontra-se assinado pelos atuais gestores da SFRI e da Sudeco e apresenta a análise do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, sob a responsabilidade da administração do Fundo no período.

Competências dos Administradores

Condel/Sudeco:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Ministério da Integração Nacional:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Banco do Brasil:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive a de renegociar dívidas, nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Estrutura Organizacional

O FCO não possui estrutura orgânica.

Número do CNPJ

00.394.460/0414-17.

Nome e Código no SIAFI da Unidade Gestora

UG 53.7003 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Código da UJ Titular do Relatório

Órgão 53.902 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Endereço Completo da Sede dos Administradores

Condell/Sudeco:

- SBN, Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex Brasil, Portaria B, 2º Subsolo, Brasília (DF), CEP 70.040-020; Telefone: 61-3414-0122; Fax: 61-3414-0143.

Ministério da Integração Nacional:

- SGAN 906 Norte, Módulo F, Bloco H, Edifício Celso Furtado, 3º andar, Gabinete, Brasília (DF), CEP 70.790-060; Telefone: 61-3414-5814; Fax: 61-3414-5638.

Banco do Brasil:

- SBS, Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 11º andar, Brasília (DF), CEP 70.073-901; Telefone: 61-3102-2123; Fax: 61-3310-8813; E-mail: governo@bb.com.br.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Endereço da Página Institucional dos Administradores na Internet

Condel/Sudeco:

- <http://www.sudeco.gov.br/>.

Ministério da Integração Nacional:

- <http://www.integracao.gov.br/apresentacao-fco>.

Banco do Brasil:

- http://www.bb.com.br/portalbb/page3,110,4501,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_7.

Situação da Unidade Jurisdicionada

Em Funcionamento.

Função de Governo Predominante

Administração.

Tipo de Atividade

Execução de programas de financiamento aos setores produtivos para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

Publicação no DOU do Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada (UJ)

O FCO não possui Regimento Interno, nem Estatuto por não ser aplicado aos Fundos Constitucionais de Financiamento.

3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi instituída pelo Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007.

São espaços prioritários da PNDR os municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia dinâmica e estagnada, segundo a tipologia da PNDR, e, no caso da Região Centro-Oeste, as sub-regiões: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira.

Dentre os 5.564 municípios brasileiros, 466 fazem parte da área de atuação do FCO. Observando a tipologia da PNDR, 8,1% dos municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia estagnada encontram-se na área de atuação do FCO. As outras classificações – dinâmica e alta renda – representam 13,3% e 9,4%, respectivamente:

Tabela 1: Número de Municípios segundo a Tipologia da PNDR

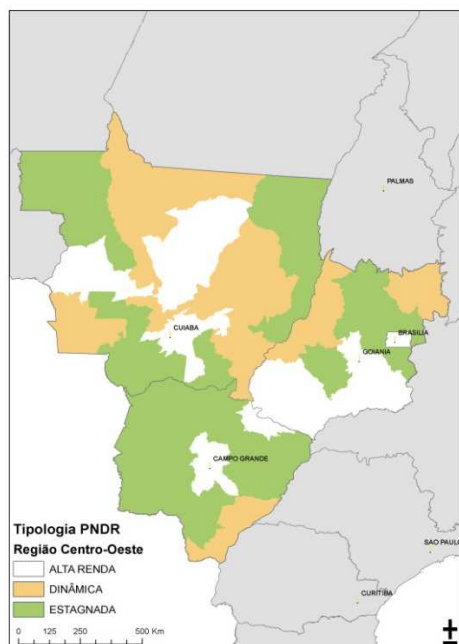
Tipologia	Brasil	Centro-Oeste	%
	(a)	(b)	(b/a)
Baixa Renda	715	-	-
Estagnada	2.276	185	8,1
Dinâmica	1.002	133	13,3
Alta Renda	1.571	148	9,4
Total	5.564	466	8,4

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

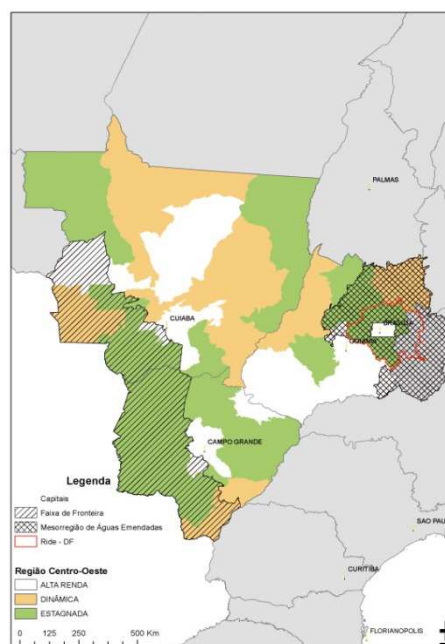
O Ministério da Integração Nacional vem orientando suas ações em função do mapa das desigualdades, produto do diagnóstico da PNDR:

Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Mapa 1.a: Tipologia da PNDR



Mapa 1.b: Espaços Prioritários



4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2012

A Programação do FCO para 2012 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

5.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 685, de 21.09.2011, alterada pelas Portarias n.º 825, de 17.11.2011, n.º 120, de 07.03.2012, e n.º 557, de 04.10.2012, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 430, de 22.09.2011, alterada pela Resolução n.º 438, de 08.12.2011, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

5.2. Programas e Linhas de Financiamento

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Pequeno-Médias, Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):
 - Modalidade 1: Conservação da Natureza; e
 - Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca;
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Pronaf; e
- Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012

6.1. Recursos previstos para o exercício de 2012

De acordo com a Programação do FCO para 2012, aprovada pela Resolução n.º 439, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2012 é de R\$ 4.974,1 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2011; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Tabela 2: Recursos previstos para o exercício de 2012

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional	1.920,8
Retornos de financiamentos	3.074,4
Resultado operacional	121,7
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)
Total	4.974,1

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

6.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Em conformidade com a Programação do FCO para 2012, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%, totalizando 100,0%.

Em cada Unidade Federativa, os recursos foram distribuídos, ainda, entre os setores empresarial e rural, segundo os percentuais por elas definidos.

Com base nesses percentuais, os recursos previstos para o exercício de 2012 por UF e setor são os seguintes:

Tabela 3: Distribuição dos Recursos por UF e Setor

R\$ Mil									
	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	756.055		721.237		572.016		721.237		2.770.545
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	189.014		721.237		572.016		721.237		2.203.503
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	945.069		1.442.474		1.144.031		1.442.474		4.974.048
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos distribuídos ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

6.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2012 foram distribuídos por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil						
	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	385.588	367.831	291.728	367.831	1.412.978	28,4
Industrial	84.664	171.260	93.061	59.089	408.074	
Infraestrutura	90.997	38.992	20.596	59.089	209.674	
Turismo	84.664	38.992	21.296	118.177	263.130	
Comércio e Serviços/C,T&I	125.263	118.587	156.775	131.477	532.101	
FCO Rural	96.397	367.831	291.728	367.831	1.123.787	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.507	220.699	114.403	337.910	767.518	
Demais Rurais	1.890	147.132	177.325	29.921	356.268	
Subtotal	481.985	735.662	583.456	735.662	2.536.764	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	370.467	353.406	280.288	353.406	1.357.567	27,3
Industrial	77.449	137.898	174.619	75.695	465.662	
Infraestrutura	90.423	38.149	18.499	75.695	222.766	
Turismo	77.449	38.149	15.138	75.695	206.431	
Comércio e Serviços/C,T&I	125.146	139.211	72.032	126.321	462.709	
FCO Rural	92.617	353.406	280.288	353.406	1.079.717	21,7
Subtotal	463.084	706.812	560.575	706.812	2.437.283	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	756.055	721.237	572.016	721.237	2.770.544	55,7
Industrial	162.114	309.158	267.680	134.784	873.735	
Infraestrutura	181.420	77.141	39.095	134.784	432.439	
Turismo	162.114	77.141	36.434	193.872	469.561	
Comércio e Serviços/C,T&I	250.408	257.798	228.806	257.798	994.810	
FCO Rural	189.014	721.237	572.016	721.237	2.203.503	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	94.507	220.699	114.403	337.910	767.518	
Demais Rurais	94.507	500.538	457.612	383.327	1.435.985	
Total	945.069	1.442.474	1.144.031	1.442.474	4.974.048	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2012 e Relatório de Gestão do BB.

7. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2012

7.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2012

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 2.335,0 milhões:

Tabela 5: Recursos previstos para o 1º semestre de 2012

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional	934,8
Retornos de financiamentos	1.482,1
Resultado operacional	60,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)
Total	2.335,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

7.2. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

De acordo com os percentuais de distribuição definidos na Programação do FCO para 2012, os recursos previstos para o 1º semestre por UF e setor eram os seguintes:

Tabela 6: Distribuição dos Recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	354.922		338.577		268.527		338.577		1.300.603
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	88.731		338.577		268.527		338.577		1.034.411
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	443.653		677.154		537.053		677.154		2.335.014
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.3. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2012 também foram distribuídos por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	181.010	172.674	136.949	172.674	663.307	28,4
Industrial	39.745	80.396	43.687	27.738	191.566	
Infraestrutura	42.718	18.304	9.669	27.738	98.429	
Turismo	39.745	18.304	9.997	55.477	123.523	
Comércio e Serviços	58.803	55.669	73.596	61.720	249.789	
FCO Rural	45.253	172.674	136.949	172.674	527.550	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	44.365	103.605	53.705	158.628	360.303	
Demais Rurais	887	69.070	83.243	14.046	167.246	
Total	226.263	345.349	273.897	345.349	1.190.857	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	173.912	165.903	131.578	165.903	637.295	27,3
Industrial	36.358	64.735	81.973	35.534	218.600	
Infraestrutura	42.448	17.908	8.684	35.534	104.575	
Turismo	36.358	17.908	7.106	35.534	96.907	
Comércio e Serviços	58.748	65.351	33.814	59.300	217.214	
FCO Rural	43.478	165.903	131.578	165.903	506.861	21,7
Total	217.390	331.805	263.156	331.805	1.144.157	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	354.922	338.577	268.527	338.577	1.300.603	55,7
Industrial	76.103	145.131	125.660	63.273	410.166	
Infraestrutura	85.166	36.213	18.353	63.273	203.004	
Turismo	76.103	36.213	17.104	91.011	220.430	
Comércio e Serviços	117.551	121.020	107.411	121.020	467.003	
FCO Rural	88.731	338.577	268.527	338.577	1.034.411	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	44.365	103.605	53.705	158.628	360.303	
Demais Rurais	44.365	234.972	214.821	179.949	674.108	
Total	443.653	677.154	537.053	677.154	2.335.014	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2012

8.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2012 (R\$ 2.576,6 milhões) representou 110,3% do montante previsto (R\$ 2.335,0 milhões), conforme tabela a seguir:

Tabela 8: Orçamento – Previsto X Realizado

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	934,8	941,3	100,7
Retornos de financiamentos	1.482,1	1.232,7	83,2
Resultado operacional	60,8	121,0	198,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior	617,5	617,5	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(760,3)	(335,9)	44,2
Total	2.335,0	2.576,6	110,3

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.2. Repasses do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, totalizaram R\$ 941,3 milhões no 1º semestre de 2012, montante 0,7% superior ao previsto (R\$ 934,8 milhões) e 7,6% superior ao realizado no 1º semestre de 2011 (R\$ 875,2 milhões).

8.3. Retornos de financiamentos

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos totalizaram R\$ 1.232,7 milhões, montante 16,8% inferior ao inicialmente previsto (R\$ 1.482,1 milhões).

8.4. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, foi de R\$ 121,0 milhões no 1º semestre de 2012, montante 98,8% superior ao previsto (R\$ 60,8 milhões) e 24,7% superior ao realizado no 1º semestre de 2011 (R\$ 97,0 milhões).

8.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar

Complementando o desempenho positivo das fontes “retornos de financiamentos” e “resultado operacional”, a redução de 55,8% verificada na utilização dos “recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores” igualmente contribuiu para a superação do orçamento inicialmente previsto.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

8.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

A tabela a seguir apresenta a distribuição do orçamento realizado no 1º semestre de 2012 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2012:

Tabela 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	391.646	373.610	296.311	373.610	1.435.177
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	97.912	373.610	296.311	373.610	1.141.442
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	489.558	747.220	592.622	747.220	2.576.619
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2012

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, o que corresponde a 128,9% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.335,0 milhões), e a 116,8% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R\$ 2.576,6 milhões):

Tabela 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ Milhões

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	%	%	% Contratações X Totais	
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
				(c/a)	(c/b)		
Empresarial	1.300,6	1.435,2	1.300,8	100,0	90,6	55,7	50,5
Rural	1.034,4	1.141,4	1.709,8	165,3	149,8	73,2	66,4
Total	2.335,0 (d)	2.576,6 (e)	3.010,6	128,9	116,8	128,9	116,8

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 321,5 milhões (10,7%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.110,7 milhões (36,9%) o Estado de Goiás; R\$ 640,6 milhões (21,3%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 937,8 milhões (31,1%) o Estado de Mato Grosso:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.997	267.573	4.861	461.833	3.049	225.934	3.683	345.431	14.590	1.300.772
Industrial	412	45.887	1.109	191.771	277	56.746	589	85.502	2.387	379.906
Infraestrutura	7	1.438	24	17.721	7	426	10	10.275	48	29.860
Turismo	228	21.106	235	27.487	168	16.359	160	26.657	791	91.609
Com. e Serv./C,T&I	2.350	199.142	3.493	224.855	2.597	152.404	2.924	222.996	11.364	799.397
Rural	784	53.939	12.594	648.837	4.383	414.690	7.077	592.333	24.838	1.709.800
Pronaf-RA	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
Pronaf Demais	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
Demais Rurais	238	43.939	3.366	466.342	1.555	361.403	1.319	414.361	6.478	1.286.045
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572
%	9,6	10,7	44,3	36,9	18,8	21,3	27,3	31,1	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (10,9%), quanto no volume de recursos aplicados (34,6%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 35.550 operações, no montante de R\$ 2.237,4 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 39.428 operações, no montante de R\$ 3.010,6 milhões:

Tabela 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	13.397	1.149.455	14.590	1.300.772	8,9	13,2
Industrial	1.872	294.052	2.387	379.906	27,5	29,2
Infraestrutura	31	117.795	48	29.860	54,8	(74,7)
Turismo	652	57.663	791	91.609	21,3	58,9
Com. e Serv./C,T&I	10.842	679.945	11.364	799.397	4,8	17,6
Rural	22.153	1.087.898	24.838	1.709.800	12,1	57,2
Pronaf - RA	1.396	22.004	1.223	18.922	(12,4)	(14,0)
Pronaf Demais	15.704	340.042	17.137	404.833	9,1	19,1
Demais Rurais	5.053	725.852	6.478	1.286.045	28,2	77,2
Total	35.550	2.237.353	39.428	3.010.572	10,9	34,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões) tiveram incremento de 22,8% em relação ao 1º semestre de 2011 (R\$ 261,9 milhões).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Dos recursos contratados no DF, R\$ 84,9 milhões (26,4%) beneficiaram os municípios goianos integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Do montante contratado no DF, 83,2% (R\$ 267,6 milhões) foram destinados ao setor empresarial e 16,8% (R\$ 53,9 milhões) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal:

Tabela 12.a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012

Setor/Linha	R\$ Mil					
	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.563	241.502	2.997	267.573	16,9	10,8
Industrial	216	25.474	412	45.887	90,7	80,1
Infraestrutura	3	23.121	7	1.438	133,3	(93,8)
Turismo	169	17.871	228	21.106	34,9	18,1
Com. e Serv./C,T&I	2.175	175.036	2.350	199.142	8,0	13,8
Rural	634	20.419	784	53.939	23,7	164,2
Pronaf - RA	21	353	16	219	(23,8)	(37,9)
Pronaf Demais	490	8.759	530	9.781	8,2	11,7
Demais Rurais	123	11.307	238	43.939	93,5	288,6
Total	3.197	261.921	3.781	321.512	18,3	22,8

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que passaram de R\$ 25,5 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 45,9 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 80,1%).

As contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que atingiram R\$ 199,1 milhões, representaram 74,4% do montante contratado junto ao setor empresarial (R\$ 267,6 milhões) e 61,9% do total contratado no Distrito Federal (R\$ 321,5 milhões).

No setor rural, houve acréscimo tanto na quantidade quanto no volume de contratações (23,7% e 164,2%, respectivamente).

Acrescente-se que o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões) representou 72,5% do seu orçamento previsto (R\$ 443,6 milhões – Tabela 6), 65,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 489,6 milhões – Tabela 9) e 10,7% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 1.110,7 milhões, montante 28,5% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 864,5 milhões):

Tabela 12.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	5.723	443.481	4.861	461.833	(15,1)	4,1
Industrial	1.109	178.751	1.109	191.771	0,0	7,3
Infraestrutura	10	5.337	24	17.721	140,0	232,0
Turismo	221	15.562	235	27.487	6,3	76,6
Com. e Serv./C,T&I	4.383	243.831	3.493	224.855	(20,3)	(7,8)
Rural	11.866	420.980	12.594	648.837	6,1	54,1
Pronaf - RA	218	2.561	219	2.413	0,5	(5,8)
Pronaf Demais	9.102	170.295	9.009	180.082	(1,0)	5,7
Demais Rurais	2.546	248.124	3.366	466.342	32,2	87,9
Total	17.589	864.461	17.455	1.110.671	(0,8)	28,5

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, sobressaíram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que saltaram de R\$ 15,6 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 27,5 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 76,6%), e da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que passaram de R\$ 5,3 milhões para R\$ 17,7 milhões (incremento de 232,0%).

As aplicações realizadas junto ao setor rural atingiram R\$ 648,8 milhões, o que representa um incremento de 54,1% em relação ao contratado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 421,0 milhões).

Cabe ressaltar que o montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 1.110,7 milhões) representou 164,0% do seu orçamento previsto (R\$ 677,2 milhões – Tabela 6), 148,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 747,2 milhões – Tabela 9) e 36,9% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 640,6 milhões, montante 30,7% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 490,0 milhões):

Tabela 12.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.856	176.632	3.049	225.934	6,8	27,9
Industrial	239	45.934	277	56.746	15,9	23,5
Infraestrutura	9	4.030	7	426	(22,2)	(89,4)
Turismo	174	9.967	168	16.359	(3,4)	64,1
Com. e Serv./C,T&I	2.434	116.701	2.597	152.404	6,7	30,6
Rural	4.088	313.366	4.383	414.690	7,2	32,3
Pronaf - RA	891	15.691	755	13.233	(15,3)	(15,7)
Pronaf Demais	1.739	32.114	2.073	40.055	19,2	24,7
Demais Rurais	1.458	265.561	1.555	361.403	6,7	36,1
Total	6.944	489.998	7.432	640.625	7,0	30,7

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que aumentaram de R\$ 10,0 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 16,4 milhões no 1º semestre de 2012 (incremento de 64,1%).

As contratações do setor rural cresceram de R\$ 313,4 milhões no 1º semestre de 2011 para R\$ 414,7 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa um incremento de 32,3%.

Registre-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 640,6 milhões) representou 119,3% do seu orçamento previsto (R\$ 537,0 milhões – Tabela 6), 108,1% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 592,6 milhões – Tabela 9) e 21,3% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 937,8 milhões, montante 51,0% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 621,0 milhões):

Tabela 12.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Semestre de 2011 x 1º Semestre de 2012

Setor/Linha	R\$ Mil					
	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.255	287.841	3.683	345.431	63,3	20,0
Industrial	308	43.893	589	85.502	91,2	94,8
Infraestrutura	9	85.307	10	10.275	11,1	(88,0)
Turismo	88	14.263	160	26.657	81,8	86,9
Com. e Serv./C,T&I	1.850	144.378	2.924	222.996	58,1	54,5
Rural	5.565	333.133	7.077	592.333	27,2	77,8
Pronaf - RA	266	3.399	233	3.057	(12,4)	(10,1)
Pronaf Demais	4.373	128.874	5.525	174.915	26,3	35,7
Demais Rurais	926	200.860	1.319	414.361	42,4	106,3
Total	7.820	620.974	10.760	937.764	37,6	51,0

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2011 e 1º Semestre de 2012.

As contratações realizadas junto ao setor empresarial alcançaram R\$ 345,4 milhões, montante 20,% superior ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 287,8 milhões).

Merecem destaque as realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que saltaram de R\$ 43,9 milhões para R\$ 85,5 milhões (incremento de 94,8%).

As formalizadas junto ao setor rural tiveram incremento de 77,8%, passando de R\$ 333,1 milhões para R\$ 592,3 milhões.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2012 (R\$ 937,8 milhões) representou 138,5% do seu orçamento previsto (R\$ 677,2 milhões – Tabela 6), 125,5% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 747,2 milhões – Tabela 9) e 31,1% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

9.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/FCO.

Para o exercício de 2012, os parâmetros aprovados são os seguintes (Resolução Condel/FCO n.º 439, de 08.12.2011):

Tabela 13: Classificação de Porte vigente em 2012

Beneficiários	Setor	Receita Operacional Bruta Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Mini/Micro	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Resolução Condrel/FCO n.º 439, de 08.12.2011, e Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2012 (Quadro “Previsão de aplicação de recursos em 2012” do Subtítulo “Aplicação dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 20,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

9.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2012, as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa 76,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Desse montante de R\$ 2.304,1 milhões, R\$ 1.888,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 415,6 milhões pequeno-médios tomadores (62,7% e 13,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 20,0%) foram superados (resultados: 76,5% e 62,7%).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	222.652	69,3	301.240	27,1	171.466	26,8	257.767	27,5	953.125	31,7
Industrial	38.089	11,8	81.789	7,4	20.993	3,3	52.948	5,6	193.819	6,4
Infraestrutura	755	0,2	1.865	0,2	421	0,1	1.495	0,2	4.535	0,2
Turismo	20.967	6,5	21.108	1,9	16.289	2,5	26.157	2,8	84.521	2,8
Comércio e Serviços	162.842	50,6	196.478	17,7	133.764	20,9	177.167	18,9	670.251	22,3
Rural	35.742	11,1	559.572	50,4	330.516	51,6	425.167	45,3	1.350.997	44,9
Pronaf-RA e Demais	10.000	3,1	182.495	16,4	53.288	8,3	177.972	19,0	423.755	14,1
Demais Rurais	25.742	8,0	377.077	34,0	277.228	43,3	247.195	26,4	927.242	30,8
Subtotal	258.393	80,4	860.812	77,5	501.982	78,4	682.934	72,8	2.304.122	76,5
Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	44.921	14,0	160.593	14,5	54.468	8,5	87.664	9,3	347.646	11,5
Industrial	7.798	2,4	109.982	9,9	35.754	5,6	32.554	3,5	186.087	6,2
Infraestrutura	684	0,2	15.856	1,4	5	0,0	8.780	0,9	25.325	0,8
Turismo	140	0,0	6.378	0,6	70	0,0	500	0,1	7.088	0,2
Comércio e Serviços	36.300	11,3	28.377	2,6	18.639	2,9	45.829	4,9	129.146	4,3
Rural	18.198	5,7	89.265	8,0	84.175	13,1	167.166	17,8	358.803	11,9
Subtotal	63.118	19,6	249.858	22,5	138.643	21,6	254.830	27,2	706.450	23,5
Resumo Geral										
Empresarial	267.573	83,2	461.833	41,6	225.934	35,3	345.431	36,8	1.300.772	43,2
Industrial	45.887	14,3	191.771	17,3	56.746	8,9	85.502	9,1	379.906	12,6
Infraestrutura	1.438	0,4	17.721	1,6	426	0,1	10.275	1,1	29.860	1,0
Turismo	21.106	6,6	27.487	2,5	16.359	2,6	26.657	2,8	91.609	3,0
Comércio e Serviços	199.142	61,9	224.855	20,2	152.404	23,8	222.996	23,8	799.397	26,6
Rural	53.939	16,8	648.837	58,4	414.690	64,7	592.333	63,2	1.709.800	56,8
Pronaf-RA e Demais	10.000	3,1	182.495	16,4	53.288	8,3	177.972	19,0	423.755	14,1
Demais Rurais	43.939	13,7	466.342	42,0	361.403	56,4	414.361	44,2	1.286.045	42,7
Total	321.512	100,0	1.110.671	100,0	640.625	100,0	937.764	100,0	3.010.572	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 80,4% no DF; 77,5% em GO; 78,4% em MS; e 72,8% em MT.

9.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2012, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 706,5 milhões, o que representa 23,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Desses R\$ 706,5 milhões, R\$ 349,7 milhões (49,5%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 356,8 milhões (50,5%) a médios tomadores (11,6% e 11,9%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

9.3. Contratações por Setor

Tabela 15: Contratações Por Setor

R\$ Mil

	1º Sem. de 2011		1º Sem. de 2012		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	13.397	1.149.455	14.590	1.300.772	8,9	13,2
Rural	22.153	1.087.898	24.838	1.709.800	12,1	57,2
Total	35.550	2.237.353	39.428	3.010.572	10,9	34,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB

9.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2012, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.300,8 milhões, correspondentes a 100,0% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.300,6 milhões – Tabela 6), 90,6% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.435,2 milhões – Tabela 9) e 43,2% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2012 junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) correspondeu a 55,7% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões) e a 50,5% do realizado (R\$ 2.576,6 milhões).

Em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (8,9%) quanto no volume de recursos aplicados (13,2%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 13.397 operações, no montante de R\$ 1.149,5 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 14.590 operações, no total de R\$ 1.300,8 milhões.

9.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2012, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.709,8 milhões, correspondentes a 165,3% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.034,4 milhões – Tabela 6), 149,8% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.141,4 milhões – Tabela 9) e 56,8% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões – Tabela 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2012 junto ao setor rural (R\$ 1.709,8 milhões) correspondeu a 73,2% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões) e a 66,4% do realizado (R\$ 2.576,6 milhões).

Em relação ao 1º semestre de 2011, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (12,1%) quanto no volume de recursos aplicados (57,2%). No 1º semestre de 2011, foram contratadas 22.153 operações, no montante de R\$ 1.087,9 milhões. Já, no 1º semestre de 2012, foram contratadas 24.838 operações, no volume de R\$ 1.709,8 milhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

9.4. Contratações por Linha de Financiamento

Tabela 16: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.997	267.573	4.861	461.833	3.049	225.934	3.683	345.431	14.590	1.300.772
Industrial	412	45.887	1.109	191.771	277	56.746	589	85.502	2.387	379.906
Infraestrutura	7	1.438	24	17.721	7	426	10	10.275	48	29.860
Turismo	228	21.106	235	27.487	168	16.359	160	26.657	791	91.609
Comércio e Serviços	2.350	199.142	3.493	224.855	2.597	152.404	2.924	222.996	11.364	799.397
Rural	784	53.939	12.594	648.837	4.383	414.690	7.077	592.333	24.838	1.709.800
Des. Rural	229	42.254	3.311	450.936	1.513	347.345	1.272	380.930	6.325	1.221.464
Agropecuária Irrigada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABC-Conservação da Natureza	9	1.685	51	15.274	25	8.308	37	29.682	122	54.950
ABC-ILPF	-	-	4	132	1	255	-	-	5	387
Ret. Matrizes	-	-	-	-	16	5.495	10	3.749	26	9.244
Proaqua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronaf-RA	16	219	219	2.413	755	13.233	233	3.057	1.223	18.922
Pronaf Demais	530	9.781	9.009	180.082	2.073	40.055	5.525	174.915	17.137	404.833
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2012, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 379,9 milhões, representando 92,6% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 410,2 milhões), 29,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) e 12,6% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 799,4 milhões, representando 171,2% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 467,0 milhões), 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões) e 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 29,9 milhões e R\$ 91,6 milhões, correspondentes a 14,7% e 41,6% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 203,0 milhões e R\$ 220,4 milhões, respectivamente).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ultrapassaram R\$ 404,8 milhões, o que representa um incremento de 19,0% em relação ao montante observado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 340,0 milhões). Os Estados de Goiás e Mato Grosso destacaram-se pelos maiores volumes de recursos financiados a esse público (R\$ 180,1 milhões e R\$ 174,9 milhões).

Já o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-12,4%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,1). A quantidade de operações passou de 1.396 no 1º semestre de 2011 para 1.223 no 1º semestre de 2012 e o volume de recursos aplicados de R\$ 22,0 milhões para R\$ 18,9 milhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

As aplicações no Pronaf – Reforma Agrária não dependem somente dos Agentes Financeiros, uma vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural (CTCR), definir:

- os Projetos de Assentamento do Incra ou os Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por ele reconhecidos; e
- as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do “Fundo de Terras e da Reforma Agrária”, do “Cédula da Terra” e do “Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural”, aptas a receber os financiamentos.

Não obstante, cabe lembrar que, de acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 19.11.1995, os bancos administradores devem aplicar “10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998”.

E, para efeito do cumprimento do percentual de 10% (dez por cento), a Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, autorizou o financiamento de empreendimentos que tenham a finalidade de: regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; de implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido; pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades descritas; e outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram juntas R\$ 1.286,0 milhões, o que representa 75,2% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.709,8 milhões) e 42,7% do total aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões). Tal montante corresponde, ainda, a 190,8% dos recursos previstos para aplicação ao amparo das Linhas no período (R\$ 674,1 milhões), bem como representa um incremento de 77,2% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 725,9 milhões).

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A, foram realizadas, no âmbito da Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), 122 operações no valor total de R\$ 54,9 milhões.

Não foram contratadas operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano, com recursos do Fundo (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008).

9.4.1. Contratações com os setores comercial e de serviços

Segundo a Nota 4 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012, a assistência aos setores comercial e de serviços está limitada a 20% dos recursos previstos para o exercício, respeitada a distribuição por Unidade Federativa fixada em reunião do Conselho Deliberativo – Condel (Resolução n.º 440, de 08.12.2011, publicada no DOU de 19.12.2011), a saber:

- Distrito Federal: 19% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, somados R\$ 61.394.415,45;
- Estado de Goiás: 29% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, debitados R\$ 30.697.207,73;
- Estado de Mato Grosso do Sul: 23% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços; e
- Estado de Mato Grosso: 29% dos recursos destinados aos setores comercial e de serviços, debitados R\$ 30.697.207,73.

No 1º semestre de 2012, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços tiveram um bom desempenho, totalizando R\$ 799,4 milhões, correspondentes a 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões), a 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões) e a 80,4% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 994,8 milhões):

Tabela 17: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	R\$ Mil				
	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício(a)	945.069	1.442.474	1.144.031	1.442.474	4.974.047
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	250.408	257.798	228.806	257.798	994.809
Contratado no 1º semestre de 2012 (c)	199.142	224.855	152.404	222.996	799.397
% de Ating. (c/b)	79,5	87,2	66,6	86,5	80,4

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

9.5.1. Contratações junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2012¹, a assistência aos empreendedores individuais e aos mini, micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 - Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada, em cada Unidade Federativa, a 3 (três) vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa:

¹ Nota 5 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 18: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos tomadores

R\$ Mil

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	167.873	283.521	167.873	100	33.575	20	134.299	80
GO	1.346.516	432.742	432.742	100	216.371	50	216.371	50
MS	530.371	343.209	343.209	100	171.605	50	171.605	50
MT	970.647	432.742	432.742	100	216.371	50	216.371	50
Total	3.015.407	1.492.214	1.376.566		637.922		738.646	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini/micro e pequenos tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

No 1º semestre de 2012, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 325,8 milhões, consumindo 51,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 540,6 milhões, atingindo 73,2% do limite/teto respectivo:

Tabela 19: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	33.575	8.184	24,4	134.299	133.653	99,5
GO	216.371	113.861	52,6	216.371	172.037	79,5
MS	171.605	126.393	73,7	171.605	96.235	56,1
MT	216.371	77.368	35,8	216.371	138.697	64,1
Total	637.922	325.806	51,1	738.646	540.622	73,2

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.5.2. Contratações junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2012², a assistência a pequeno-médios, médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, ficou limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

² Nota 7 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Ainda segundo a Programação³, a assistência a pequeno-médias, médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada a 5,0% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 4.974.048 mil), respeitados os percentuais de distribuição por UF (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

No 1º semestre de 2012, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 149,6 milhões, consumindo apenas 20,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 185,4 milhões, atingindo 74,6% do limite/teto respectivo:

Tabela 20: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a pequeno-médios, médios e grandes tomadores

R\$ Mil

UF	Rural				Empresarial			
	Limite para o exercício		Contratações de jan a jun de 2012	% de Ating.	Limite para o exercício		Contratações de jan a jun de 2012	% de Ating.
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	141.760	19,0	9.144	6,5	47.253	19,0	38.773	82,1
GO	216.371	29,0	40.956	18,9	72.124	29,0	59.185	82,1
MS	171.605	23,0	49.518	28,9	57.202	23,0	26.139	45,7
MT	216.371	29,0	50.028	23,1	72.124	29,0	61.319	85,0
Total	746.107	100,0	149.646	20,1	248.703	100,0	185.416	74,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com o art. 3º da Portaria MI n.º 685, de 21.09.2011, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

9.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 545,1 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões).

³ Nota 6 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2012.

9.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões).

9.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.433,6 milhões, correspondentes a 47,6% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e o Estado de Goiás concentraram as aplicações em municípios de alta renda (73,6% e 65,2% respectivamente), o Estado de Mato Grosso em municípios de economia dinâmica (41,8%) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (67,1%):

Tabela 21: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

R\$ Mil										
UF Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	2.670	236.637	9.604	723.636	1.728	144.208	2.618	329.126	16.620	1.433.607
%	70,6	73,6	55,0	65,2	23,3	22,5	24,3	35,1	42,2	47,6
Dinâmica	0	0	2.602	170.202	1.501	66.781	5.422	391.783	9.525	628.767
%	0,0	0,0	14,9	15,3	20,2	10,4	50,4	41,8	24,2	20,9
Estagnada	1.111	84.875	5.249	216.832	4.203	429.636	2.720	216.855	13.283	948.198
%	29,4	26,4	30,1	19,5	56,6	67,1	25,3	23,1	33,7	31,5
Total	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.625	10.760	937.764	39.428	3.010.572
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpra registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.781 operações formalizadas com recursos do DF, 2.670 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 1.111 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

9.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.781 operações no montante de R\$ 321,5 milhões, sendo 2.670 operações no valor de R\$ 236,6 milhões no DF e 1.111 operações no valor de R\$ 84,9 milhões no Entorno.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

9.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2012, 9.138 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 888,4 milhões. Esses números representam 23,2% do total de contratos formalizados (39.428) e 29,5% do total de recursos aplicados (R\$ 3.010,6 milhões), no período:

Tabela 22: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

R\$ Mil

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EI	3	11	8	56	25	86	10	50	46	203
Mini/Micro	194	7.018	1.275	61.062	1.018	30.589	1.031	42.500	3.518	141.169
Pequeno	914	66.881	1.886	142.407	787	58.804	1.380	123.714	4.967	391.806
Pequeno-Médio	90	15.843	124	32.011	53	20.229	109	26.835	376	94.918
Médio	30	9.868	75	45.432	31	11.928	44	36.869	180	104.097
Grande	7	1.899	12	65.044	8	66.117	24	23.113	51	156.173
Total	1.238	101.520	3.380	346.012	1.922	187.753	2.598	253.081	9.138	888.366

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.8. Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

A tabela abaixo sintetiza as operações contratadas no 1º semestre de 2012, com valor superior a R\$ 10 milhões, e informadas, mensalmente, à Secretaria-Executiva do Condel, conforme item 2-b da Resolução Condel/FCO n.º 127, de 05.12.2001:

Tabela 23: Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

R\$ Mil

Linha de Financiamento	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Industrial	-	-	2	64.404	1	16.319	-	-	3	80.723
Infraestrutura	-	-	1	10.314	-	-	-	-	1	10.314
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços/CT&I	1	10.000	-	-	-	-	2	26.028	3	36.028
Demais Rurais	-	-	-	-	1	44.042	1	13.802	2	57.844
TOTAL	1	10.000	3	74.718	2	60.361	3	39.830	9	184.909

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9.9. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para atuação exclusivamente junto a mini, micro e pequenos tomadores:

- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), para empreendimentos localizados no Estado de Goiás, inclusive nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), para empreendimentos localizados no Estado de Mato Grosso;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

- Banco de Brasília (BRB), para empreendimentos localizados no Distrito Federal e nos municípios de Goiás integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), para empreendimentos localizados na Região Centro-Oeste;
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para empreendimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul; e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), para empreendimentos localizados nos Estados de Goiás (exceto nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Banco do Brasil S.A. atua com todos os portes de tomadores e as demais instituições atuam com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores.

No 1º semestre de 2012, foram contratados por outras instituições R\$ 17,9 milhões, o que representa incremento de 43,2% em relação ao montante observado no mesmo período de 2011 (R\$ 12,5 milhões):

Tabela 24: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ Mil

Setor/Linha	BRB		Bancoob		GO Fomento				BRDE		Sicredi						Total	
	DF		GO		DF		GO		MS		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	7	2.113	-	-	1	200	4	1.783	3	2.962	1	50	3	207	5	454	24	7.768
Industrial	2	519	-	-	-	-	3	1.346	1	1.998	-	-	-	-	1	61	7	3.925
Infraestrutura	-	-	-	-	1	200	1	438	-	-	-	-	-	-	-	-	2	638
Turismo	1	1.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.100
Com. e Serv./C.T&I	4	493	-	-	-	-	-	-	2	963	1	50	3	207	4	393	14	2.106
Rural	-	-	52	5.742	-	-	-	-	1	255	32	2.039	3	354	14	1.735	102	10.125
Total	7	2.113	52	5.742	1	200	4	1.783	4	3.217	33	2.089	6	561	19	2.189	126	17.893

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 47.

Observa-se que do total de 39.428 operações no valor de R\$ 3.010,6 milhões contratadas no 1º semestre de 2012, 39.302 operações no valor de R\$ 2.992,7 milhões foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 126 no valor de R\$ 17,9 milhões pelas instituições operadoras do repasse.

Ainda que o montante de recursos contratados pelas instituições operadoras não seja significativo, faz-se necessária a continuidade dos repasses com vistas a dinamizar ainda mais as aplicações com os tomadores de menor porte.

9.10. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2012, das 42.955 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 6.570,2 milhões, 39.428 no valor de R\$ 3.010,6 milhões foram contratadas e 3.527 no valor de R\$ 3.559,7 milhões não foram:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 25: Situação da Demanda – Propostas contratadas X não atendidas

R\$ Mil

Situação	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	3.781	321.512	17.455	1.110.671	7.432	640.626	10.760	937.763	39.428	3.010.572
Não Atendidas	57	72.510	1.938	1.811.563	525	884.021	1.007	791.572	3.527	3.559.666
Total	3.838	394.022	19.393	2.922.234	7.957	1.524.647	11.767	1.729.335	42.955	6.570.238

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe registrar que o Banco do Brasil passou a controlar os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados na tabela a seguir:

Tabela 26: Situação da Demanda – Propostas não atendidas por UF e motivo

R\$ Mil

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-Consulta em Análise	1	281	1.805	1.158.362	38	48.182	2	17.326	1.846	1.224.150
Projeto em Elaboração	17	26.927	64	49.546	192	199.397	316	207.072	589	482.942
Propostas em Análise	17	28.737	40	147.684	125	366.051	325	299.980	507	842.452
Pendente de Documentação	1	200	4	5.485	93	203.811	164	90.701	262	300.197
Em Contratação	21	16.365	21	444.839	48	55.195	113	122.157	203	638.556
Indeferidas/Canceladas	-	-	4	5.648	29	11.384	87	54.337	120	71.369
Total	57	72.510	1.938	1.811.564	525	884.020	1.007	791.573	3.527	3.559.666

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

10. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

10.1. Indicadores de Desempenho

O Condel/FCO, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, aprovou a criação dos seguintes indicadores de desempenho, com vistas a aprimorar e monitorar a gestão do Fundo:

a) Índice de Incremento de Contratações

$$IIC = \frac{VCE}{VCEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado no Exercício Anterior} \end{array}$$

b) Índice de Contratações com Menor Porte

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado Total no Exercício Atual} \end{array}$$

c) Índice de Inadimplência

$$II = \frac{SPV}{SDT} \quad \begin{array}{l} \text{Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100\% BB)} \\ \text{Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100\% BB)} \end{array}$$

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício

$$ICCE = \frac{MOC}{MR} \quad \begin{array}{l} \text{Municípios com Operações Contratadas} \\ \text{Municípios da Região Centro-Oeste} \end{array}$$

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

- e) **Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

$$ICNB = \frac{VCNB}{VCT}$$
Quantidade de Operações com Novos Beneficiários
Quantidade de Operações Contratadas Total
- f) **Índice de Aplicação**

$$IA = \frac{VCT}{VDE}$$
Valor Contratado Total
Valor Distribuído no Exercício
- g) **Índice de Contratações por UF**

$$ICUF = \frac{VCUF}{VCT}$$
Valor Contratado nas Unidades Federativas
Valor Contratado Total
- h) **Índice de Contratações por Setor**

$$ICS = \frac{VCS}{VCT}$$
Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)
Valor Contratado Total
- i) **Índice de Tempo Médio de Contratação**

$$ITM = \frac{TME}{TMEA}$$
Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual
Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior
- j) **Índice de Originação de Demanda**

$$IOD = \frac{VOE}{VOEA}$$
Valor total da demanda originada no exercício atual
Valor total da demanda originada no exercício anterior

10.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

O Condel/FCO estabeleceu, por meio da Resolução n.º 446, de 03.05.2012, as metas de desempenho para o exercício de 2012. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho e os resultados alcançados no 1º semestre de 2012:

Tabela 27: Indicadores e Metas – Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2012

Alínea	Indicador	Meta	Resultado
a)	Índice de Aplicação (IA)	87,0%	103,4%
b)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	51,0%	76,5%
c)	Índice de Inadimplência (II) - até	2,0%	0,5%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	100,0%	99,6%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	15,0%	23,2%
f)	Índice de Contratações por UF (ICUF) DF	19,0%	10,7%
	GO	29,0%	36,9%
	MS	23,0%	21,3%
	MT	29,0%	31,1%
g)	Índice de Contratações por Setor (ICS) Empresarial	55,7%	43,2%
	Rural	44,3%	56,8%
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)	35 dias	34 dias

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Não foram definidas metas para o “Índice de Incremento de Contratações” e o “Índice de Originação de Demanda”, uma vez que foi considerada a meta de aplicação/contratação de 87,0%

dos recursos previstos para 2012 (87,0% de R\$ 4.974.048 mil = R\$ 4.327.422 mil), o que representa um decréscimo de 22,0% em relação ao montante contratado em 2011 (R\$ 5.546.615 mil).

Para a definição das demais metas foram utilizados como parâmetros os números referentes ao exercício de 2011, os indicadores de desempenho criados pela Resolução n.º 319, as metas estabelecidas pelas Resoluções n.º 340, 375, 383 e 417, de 09.04.2008, 06.11.2009, 04.03.2010 e 25.03.2011, respectivamente, e os percentuais de distribuição (por UF, Setor e Porte) definidos na Programação do FCO para 2012.

10.2.1. Índice de Aplicação (IA)

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2012 atingiram R\$ 3.010,6 milhões, ou seja, **103,4%** do montante de recursos distribuídos para aplicação (R\$ 2.912,5 milhões – aí somados os R\$ 335,9 milhões comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores), portanto superior à meta de 87,0% definida pelo Condel.

10.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa **76,5%** do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), resultado superior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

Desse montante de R\$ 2.304,1 milhões, R\$ 1.888,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 415,6 milhões pequeno-médios tomadores (62,7% e 13,8%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 3.010,6 milhões).

10.2.3. Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do 1º semestre de 2012, foi de **0,48%**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel (até 2,00%). Esse índice de 0,48% foi superior ao observado no 1º semestre de 2011 (0,36%).

10.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)

No 1º semestre de 2012, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 464 (**99,6%**) contaram com operações do FCO. Apenas 2 municípios não foram beneficiados no período: Novo Gama (GO) e Ladário (MS).

Isso porque o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e os Governos do DF e dos Estados de GO, MS e MT vêm envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante.

10.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 39.428 operações contratadas no 1º semestre de 2012, 9.138 (**23,2%**) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 15,0% estabelecida pelo Condel.

10.2.6. Índice de Contratações por UF (ICUF)

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2012, a saber: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%.

O Estado de Goiás liderou com R\$ 1.110,7 milhões contratados, equivalentes a **36,9%** do montante observado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R\$ 937,8 milhões (**31,1%**), Mato Grosso do Sul com R\$ 640,6 milhões (**21,3%**) e Distrito Federal com R\$ 321,5 milhões (**10,7%**).

O Distrito Federal só não teve um desempenho melhor uma vez que a demanda por recursos tem-se concentrado principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por norma do Conselho Deliberativo.

Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.

10.2.7. Índice de Contratações por Setor (ICS)

Como metas para as contratações por setor (empresarial e rural) foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2012, a saber: empresarial – 55,7% e rural – 44,3%.

Do montante de R\$ 3.010,6 milhões, R\$ 1.300,8 milhões (**43,2%**) foram contratados com o setor empresarial e R\$ 1.709,8 milhões (**56,8%**) com o setor rural.

10.2.8. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

O tempo médio de contratação apurado no 1º semestre de 2012 foi de **34 dias**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel. Houve uma redução de 2,9% em relação ao tempo médio observado no primeiro semestre de 2011 (35 dias).

11. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES

Conforme já foi mencionado, o Ministério da Integração Nacional, conforme atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, estabeleceu, por meio da Portaria n.º 685, de 21.09.2011, alterada pelas Portarias n.º 825, de 17.11.2011, n.º 120, de 07.03.2012, e n.º 557, de 04.10.2012, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 430, de 22.09.2011, alterada pela Resolução n.º 438, de 08.12.2011, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012.

O Banco do Brasil S.A., por sua vez, formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

(PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 439, de 08.12.2011, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2012 encontram-se comentados a seguir:

11.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:

No 1º semestre de 2012, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.888,5 milhões (R\$ 743,3 milhões no setor empresarial e R\$ 1.145,2 milhões no setor rural), o que representa 80,9% do montante de recursos previstos (R\$ 2.335,0 milhões), 73,3% do orçamento realizado (R\$ 2.576,6 milhões) e 62,7% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões).

Do montante de R\$ 1.888,5 milhões, R\$ 404,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 19,1% em relação ao montante contratado no 1º semestre de 2011 (R\$ 340,0 milhões).

Ainda do montante de R\$ 1.888,5 milhões, R\$ 18,9 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco e o Ministério não têm participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiu 36.572, o que representa 92,8% da quantidade de operações contratadas no exercício (39.428).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
36.572	R\$ 1.888,5 milhões

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 314,8 mil foi o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Se considerado o período de 1989 a 2012, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.976,9 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
39.428	R\$ 3.010,6 milhões	314.791

No item 4.2, Prioridades Gerais, alínea “b”, do Relatório de Gestão do Banco, p. 77, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2012, R\$ 54,9 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 190,5% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 18,9 milhões).

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 387 mil de recursos contratados.

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	122	R\$ 54.949 mil
2 – ILPF	5	R\$ 387 mil

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

No item 4.2, Prioridades Gerais, alínea “d”, do Relatório de Gestão do Banco, p. 78, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

No 1º semestre de 2012, foram contratados R\$ 91,6 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
791	R\$ 91,6 milhões

- f) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:**
- **municípios da Faixa de Fronteira;**
 - **municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;**
 - **municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE); e**
 - **municípios das microrregiões classificadas como de renda estagnada e dinâmica.**

As contratações nos municípios da Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 545,1 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões).

Já na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões).

Nos municípios goianos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), foram contratados R\$ 84,9 milhões, o que representa 90,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 93,8 milhões) e incremento de 78,4% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 47,6 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, os municípios de economia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade		
Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	6.832	R\$ 545,1 milhões
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	5.090	R\$ 300,6 milhões
Municípios da RIDE (exceto de MG)	1.111	R\$ 84,9 milhões
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	22.808	R\$ 1.577,0 milhões

12. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

12.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões, o que representa incremento de 18,9% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.278,9 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 28: Saldo de Financiamentos

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores					
FCO Empresarial	444.689	745.479	463.328	635.028	2.288.523
Industrial	95.370	261.288	65.398	128.184	550.240
Infraestrutura	2.814	3.385	1.550	5.181	12.931
Turismo	52.440	63.877	57.765	65.145	239.227
Comércio e Serviços	294.065	416.929	338.614	436.518	1.486.126
FCO Rural	372.874	2.165.170	1.074.441	1.924.739	5.537.223
Pronaf-RA	9.376	41.305	110.692	192.429	353.802
Pronaf Demais	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126
Demais Rurais	309.490	1.121.096	721.933	730.775	2.883.295
Subtotal	817.562	2.910.649	1.537.768	2.559.767	7.825.746
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	421.997	1.366.044	772.751	1.095.049	3.655.841
Industrial	85.977	773.275	622.759	464.551	1.946.561
Infraestrutura	155.163	311.809	34.577	436.712	938.261
Turismo	13.998	68.034	12.735	30.669	125.437
Comércio e Serviços	166.859	212.926	102.680	163.117	645.582
FCO Rural	230.536	2.006.453	1.476.249	1.786.944	5.500.182
Subtotal	652.533	3.372.497	2.248.999	2.881.994	9.156.023
Resumo Geral					
FCO Empresarial	866.686	2.111.523	1.236.078	1.730.078	5.944.365
Industrial	181.346	1.034.563	688.157	592.735	2.496.801
Infraestrutura	157.977	315.195	36.127	441.893	951.192
Turismo	66.439	131.910	70.500	95.814	364.664
Comércio e Serviços	460.924	629.855	441.294	599.635	2.131.708
FCO Rural	603.409	4.171.623	2.550.689	3.711.683	11.037.405
Pronaf-RA	9.376	41.305	110.692	192.429	353.802
Pronaf Demais	54.008	1.002.769	241.815	1.001.534	2.300.126
Demais Rurais	540.026	3.127.549	2.198.182	2.517.720	8.383.477
Total	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.769

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 11.037,4 milhões, o que representa 65,0% do total (R\$ 16.981,8 milhões) e incremento de 17,9% em relação à posição registrada em 30.06.2011 (R\$ 9.364,7 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 5.944,4 milhões, o que representa 35,0% do total (R\$ 16.981,8 milhões) e incremento de 21,0% em relação à posição registrada em 30.06.2011 (R\$ 4.914,2 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 7.825,8 milhões, correspondentes a 46,1% do saldo total (R\$ 16.981,8 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 9.156,0 milhões, correspondentes a 53,9% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 6.283,1 milhões (37,0%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 5.441,8 milhões (32,0%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 3.786,8 milhões (22,3%) e do Distrito Federal com R\$ 1.470,1 milhões (8,7%).

12.2. Saldo dos Financiamentos Alongados nos termos das Leis n.º 9.138 e 10.437

O saldo dos financiamentos alongados nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002 (Securitização I e II) totalizou R\$ 714,5 milhões no final do 1º semestre de 2012, sendo R\$ 228,6 milhões no DF, R\$ 181,9 milhões em GO, R\$ 152,3 milhões em MS e R\$ 151,7 milhões em MT.

12.3. Saldo dos Financiamentos Renegociados no âmbito do PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo dos financiamentos renegociados ao abrigo do PESA totalizou R\$ 72,6 milhões, sendo R\$ 5,4 milhões no DF, R\$ 24,8 milhões em GO, R\$ 8,8 milhões em MS e R\$ 33,6 milhões em MT.

12.4. Saldo dos Financiamentos Renegociados nos termos da Lei n.º 10.177/2001

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

Essa Lei autorizou, também, que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696, de 02.07.2003, regulamentada pela Resolução CMN/Bacen n.º 3.115, de 31.07.2003.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo dos financiamentos renegociados ao amparo da Lei n.º 10.177 totalizou R\$ 52,1 milhões, sendo R\$ 13,3 milhões no DF, R\$ 14,2 milhões em GO, R\$ 7,5 milhões em MS e R\$ 17,1 milhões em MT.

Relativamente ao setor, o saldo ficou assim distribuído: R\$ 40,9 milhões do setor rural e R\$ 11,2 milhões do setor empresarial.

Relativamente ao porte dos mutuários, o saldo ficou assim: R\$ 39,1 milhões de médios e grandes tomadores e R\$ 13,0 milhões de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores.

12.5. Prorrogações Concedidas no 1º semestre de 2012

No 1º semestre de 2012, foram prorrogadas 1.983 operações rurais no valor de R\$ 30,7 milhões e 11 empresariais no valor de R\$ 10,6 milhões, com base na autorização concedida pelo Condel/FCO no âmbito da Programação do FCO para 2012, aprovada pela Resolução n.º 439, de 08.12.2011.

12.6. Saldo de Financiamentos por Encargos Pactuados

Conforme mencionado anteriormente, a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões. A segregação desse montante por encargos pactuados encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 29: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros

R\$ Mil

Encargo Pactuado	Qtde.	Valor
2,00% a.a.	145.665	2.241.061
4,00% a.a.	9.670	116.938
5,00% a.a.	28.768	1.055.603
6,75% a.a.	23.910	1.524.512
7,25% a.a.	16.411	2.804.351
8,25% a.a.	47.094	2.195.602
8,50% a.a.	3.818	2.283.239
9,50% a.a.	5.565	1.110.341
10,00% a.a.	1.266	2.739.262
Comissão de Permanência	15.760	182.002
IGPDI + 8,00% a.a.	1	7
TJLP	3.549	31.980
TJLP + 6,00% a.a.	5	227
VPM + 3,00% a.a.	6.436	696.644
Total	307.918	16.981.769

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional das operações contratadas até 30.11.1998 foi transferido para o FCO e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 0,0% a.a.

Ademais, a Medida Provisória permitiu o repasse dos recursos do FCO ao próprio banco administrador, possibilitando-lhe realizar as operações, a partir de 01.07.2001, em nome próprio e com seu risco exclusivo, com *del credere* de 6,0% a.a.

Com isso, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar 4 (quatro) grupamentos de risco operacional, a saber:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A tabela a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 30: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil

Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	15.393.429	90,65
Compartilhado	50%	35.713	0,21
FCO	100%	1.463.677	8,62
Procera	100%	88.950	0,52
Total		16.981.769	100,00

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II). Em consequência, passou a assumir 100% do risco das operações contratadas a partir dessa data.

No final do 1º semestre de 2012, o saldo de financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco atingiu R\$ 15.393,4 milhões:

Tabela 31: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	864.738	2.097.440	1.230.541	1.728.518	5.921.236
Industrial	179.526	1.022.043	684.199	591.358	2.477.126
Infraestrutura	157.977	315.195	36.082	441.893	951.146
Turismo	66.520	130.348	68.966	95.632	361.466
Comércio e Serviços	460.715	629.855	441.294	599.635	2.131.499
Rural	322.191	3.854.489	2.203.257	3.092.257	9.472.193
Pronaf	49.331	967.509	195.784	848.298	2.060.922
Demais Rurais	272.860	2.886.980	2.007.473	2.243.958	7.411.271
Total	1.186.928	5.951.929	3.433.798	4.820.774	15.393.429

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.2. Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 01.12.1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 3,0% a.a.

O saldo de financiamentos com risco compartilhado totalizou, em 30.06.2012, R\$ 35,7 milhões, conforme tabela a seguir:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 32: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	77	1.353	5	-	1.436
Industrial	77	71	5	-	154
Infraestrutura	-	-	-	-	-
Turismo	-	1.282	-	-	1.282
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-
Rural	3.411	12.975	3.550	14.342	34.277
Pronaf-RA e Pronaf Demais	11	61	2	73	147
Demais Rurais	3.399	12.914	3.548	14.269	34.130
Total Geral	3.488	14.328	3.556	14.342	35.713

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo

Por força do disposto na Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998⁴ e das contratadas no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária é 100% ou integral do FCO.

No final de junho de 2012, o saldo de financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo totalizou R\$ 1.463,7 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 33: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	1.872	12.729	5.532	1.560	21.693
Industrial	1.872	12.448	3.953	1.377	19.650
Infraestrutura	0	0	45	0	45
Turismo	0	280	1.534	183	1.997
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Rural	272.373	298.818	318.526	552.267	1.441.984
Pronaf-RA e Pronaf Demais	14.041	76.504	156.721	345.592	592.859
Demais Rurais	258.332	222.314	161.805	206.675	849.125
Total	274.245	311.547	324.058	553.826	1.463.677

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Do total de R\$ 1.463,7 milhões, R\$ 787,1 milhões (R\$ 714,5 milhões + R\$ 72,6 milhões) representam os saldos das operações alongadas nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002, e das renegociadas no âmbito do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA).

⁴ Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA), cujo risco é do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (ProCera).

12.7.4. Risco de Terceiros

Em 30.06.2012, o saldo de financiamentos das operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)⁵, totalizou R\$ 88,9 milhões.

12.8. Saldo de Financiamentos da Reforma Agrária

De acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, o banco administrador deve aplicar 10% dos recursos do Fundo para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 04.02.1998.

O §§ 1º e 2º do referido artigo dispõem que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial e complementar dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Grupo “A”, com risco para o Fundo.

Anteriormente à edição da Resolução, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o 1º semestre de 2012 com saldo na ordem de R\$ 443,7 milhões, sendo R\$ 88,9 milhões com o Papra e R\$ 353,8 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

12.9. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2012, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 16.981,8 milhões, sendo R\$ 16.218,0 milhões de parcelas vincendas e R\$ 763,8 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,50%, sendo superior ao observado no final do 1º semestre de 2011 de 2,50%.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

⁵ Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 34: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Sem. de 2011 X 1º Sem. de 2012

R\$ Mil

UF	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.259.089	57.030	1.316.119	4,33	1.279.529	190.566	1.470.095	12,96
GO	5.063.244	61.747	5.124.991	1,20	6.134.751	148.395	6.283.146	2,36
MS	3.337.601	71.331	3.408.932	2,09	3.623.530	163.238	3.786.768	4,31
MT	4.261.405	167.484	4.428.889	3,78	5.180.155	261.605	5.441.761	4,81
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Setor	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	4.887.739	26.502	4.914.241	0,54	5.905.670	38.694	5.944.365	0,65
Rural	9.033.599	331.090	9.364.689	3,54	10.312.295	725.110	11.037.405	6,57
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Risco	1º Sem. de 2011				1º Sem. de 2012			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	12.650.501	45.259	12.695.760	0,36	15.320.045	73.385	15.393.430	0,48
Compartilhado	57.968	512	58.480	0,88	35.204	510	35.714	1,43
FCO	1.171.504	264.118	1.435.622	18,40	829.366	634.311	1.463.677	43,34
Procera	41.365	47.703	89.068	53,56	33.351	55.599	88.950	62,51
Total	13.921.338	357.592	14.278.930	2,50	16.217.965	763.804	16.981.769	4,50

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos vencidos por tempo de atraso:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 35: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso

R\$ Mil

Faixa de Vencimento	Saldo Vencido	% de Participação
01 a 30 dias	16.345	2,1
31 a 60 dias	11.551	1,5
61 a 90 dias	8.931	1,2
91 a 120 dias	8.946	1,2
121 a 150 dias	20.881	2,7
151 a 180 dias	8.545	1,1
Vencido acima de 180 dias	688.607	90,2
Total	763.804	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução CMN/Bacen n.º 2.682, de 21.12.1999, e a Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

13. OUTROS ASPECTOS

13.1. Situação dos Recursos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2012, R\$ 17.053,8 milhões, sendo R\$ 16.981,8 milhões de saldo de financiamentos (99,6%) e R\$ 72,0 milhões de disponibilidades (0,4%):

Tabela 36: Situação dos Recursos por UF

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
1. Recursos	1.750.681	5.936.000	3.970.818	5.396.281	17.053.780
2. Saldo de Financiamentos	1.470.095	6.283.146	3.786.768	5.441.761	16.981.770
3. Disponibilidades Financeiras (1-2)	280.586	(347.146)	184.050	(45.480)	72.010
4. Parcelas a liberar	30.768	191.300	230.604	365.096	817.768
5. Disponibilidades Orçamentárias (3-4)	249.818	(538.446)	(46.554)	(410.576)	(745.758)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2012, a disponibilidade orçamentária encerrou o 1º semestre de 2012 com déficit de R\$ 745,8 milhões. Os desembolsos serão administrados com o orçamento previsto para o exercício de 2012.

13.2. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os saldos diários dos recursos do Fundo devem ser remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No 1º semestre de 2012, o Banco do Brasil creditou ao Fundo o montante de R\$ 14,6 milhões, correspondentes à referida remuneração.

13.3. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos do FCO, desembolsados pelo agente financeiro, são remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente, na forma do art. 2º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No período em exame, foram creditados ao FCO R\$ 160,6 milhões.

13.4. Remuneração do Banco Operador

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, no 1º semestre de 2012, o valor de R\$ 389,1 milhões, na forma do § 2º do art. 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, e do inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001.

13.5. Remuneração do Banco Administrador

Conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória n.º 2.199-14, de 24.08.2001, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus à taxa de administração de 3,0% a.a. sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente e limitada em cada exercício a 20,0% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001, por sua vez, ao incluir o art. 9º-A na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, facultou aos bancos administradores a utilização dos recursos dos respectivos Fundos como próprios, com o que as operações seriam realizadas com risco exclusivo do banco e os valores utilizados seriam deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo, para efeito do cálculo da taxa de administração (art. 9º-A, *caput* e § 11).

Informa o Banco do Brasil S.A., em seu Relatório de Gestão, p. 53, que, com a migração de parte das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o Banco deixou de utilizar o volume dessa carteira como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II).

Assim, com base na legislação em vigor, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração do Administrador, a partir do exercício de 2011.

No 1º semestre de 2012, a despesa com a taxa de administração totalizou R\$ 4,7 milhões.

13.6. Rebates e Bônus de Adimplência

No 1º semestre de 2012, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros e de bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 5,5 milhões e R\$ 56,1 milhões, respectivamente. No mesmo período do ano anterior, foram R\$ 6,6 milhões e R\$ 72,3 milhões, respectivamente.

13.7. Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

No 1º semestre de 2012, foram transferidos para perdas R\$ 106,6 milhões, sendo R\$ 102,8 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$ 3,8 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1º semestre de 2011, quando foram transferidos para perdas R\$ 122,1 milhões, sendo R\$ 119,4 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 2,7 milhões debitados ao FCO:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Tabela 37: Perdas do Fundo

R\$ Mil

Risco	Saldo transferido (a=b+c)	Saldo assumido pelo BB (b)	Saldo assumido pelo FCO (c)
BB	101.962	101.962	-
Compartilhado	1.782	891	891
FCO	2.883	-	2.883
Total	106.627	102.853	3.774

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No mesmo período, foram recuperados R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 7,1 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo.

13.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2012, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 16.015,8 milhões, o que representa um incremento de 13,5% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.111,6 milhões):

Tabela 38: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2012

R\$ Milhões

Mês/Ano	Valor
jun/01	2.719,1
jun/02	3.388,5
jun/03	4.111,0
jun/04	4.847,9
jun/05	6.043,7
jun/06	6.929,5
jun/07	8.063,6
jun/08	9.498,1
jun/09	10.859,5
jun/10	12.482,4
jun/11	14.111,6
jun/12	16.015,8

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Patrimônio Líquido corresponde às transferências dos exercícios anteriores (R\$ 12.656,4 milhões) acrescidas das transferências do Tesouro Nacional no 1º semestre de 2012 (R\$ 941,3 milhões) e do superávit acumulado até jun/2012 (R\$ 2.418,1 milhões).

13.9. Operações Ajuizadas

Em 30.06.2012, a carteira de financiamentos do FCO possuía 277,2 mil operações “em ser”. No 1º semestre de 2012, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 311 operações no valor de R\$ 140,8 milhões.

13.10. Fiscalização, Controle e Auditoria

13.10.1. Fiscalização

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil.

Quanto ao FCO Empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco, ou seja, é obrigatória para operações de investimento, de arrendamento mercantil e de aquisição de bens, quando destinadas a amparar implantação ou expansão de empreendimentos de valor igual ou superior a 100 mil.

No 1º semestre de 2012, foram realizados 12.158 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e por agendamento manual), tendo sido apontadas 2.803 irregularidades. Destas, 822 já tinham sido atendidas/regularizadas e 1.850 permaneciam pendentes em 30.06.2012.

13.10.2. Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 (o art. 18 prevê a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, da contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para registro dos dados.

13.10.3. Auditoria

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da Presidência da República (PR);
- b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente; e
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

13.11. Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2012 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 07.12.2012, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registrou, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registrou que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescentou que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Esclareceu acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião com ressalva.

Em sua “base para conclusão com ressalva”, registrou que, conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 3.c às Demonstrações Contábeis, “o Fundo, para as operações de risco de crédito próprio, não dispõe de controles internos suficientes para o cálculo e registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, conforme previsto na Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo normativo é utilizado pelo Fundo em sua política contábil para o registro das operações de crédito”.

Acrescentou que, para fim exclusivo do cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa (PCLD) para as operações de risco próprio, foi utilizado valor estimado de rendas a apropriar, mencionado na Nota Explicativa n.º 5.g às Demonstrações Contábeis, mas que não foi praticável à KPMG concluir com relação à sua adequação e precisão. Por consequência, para essa porção, o Fundo está reconhecendo, como rendas efetivas da carteira de operações de crédito, aquelas com atraso superior a 60 (sessenta) dias, em desacordo com a referida Resolução.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

A KPMG Auditores Independentes registra que, em sua opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa n.º 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

À vista da conclusão da KPMG com ressalva, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. que, para as operações de risco 100% ou integral do Fundo, desenvolva e implemente solução que permita o cálculo e o registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, observando os normativos em vigor.

14. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Após a abordagem do desempenho das contratações no 1º semestre de 2012, cabe avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 314,8 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Das Unidades Federativas, merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 116,6 mil e 105,1 mil, respectivamente (37,0% e 33,4% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região), seguidos do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, com 63,1 mil e 30,0 mil, respectivamente (20,0% e 9,6% do total).

O setor rural foi responsável pela geração e/ou manutenção de 204,7 mil empregos diretos e indiretos (65,1%) e o setor empresarial por 110,1 mil (34,9%).

Considerando tão-somente a estimativa de geração de empregos diretos, a tabela abaixo apresenta o custo médio de cada emprego em relação ao volume financiado em cada UF e na Região:

Tabela 39: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido

R\$ Mil

UF	Valor Financiado (a)	Qtde. de Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	321.512	11.083	29,0
GO	1.110.671	43.606	25,5
MS	640.626	22.933	27,9
MT	937.763	39.622	23,7
Total	3.010.572	117.244	25,7

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O valor médio investido para geração e/ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 25,7 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 29,0 mil), enquanto o Estado de Mato Grosso apresentou o menor valor médio por aplicação (R\$ 23,7 mil).

Se considerado o período de 1989 a 2012, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.976,9 mil.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 3.010,6 milhões aplicados no semestre beneficiaram, diretamente, as populações de 464 localidades, correspondentes a 99,6% do total dos municípios da Região.

Vale lembrar que a rede de distribuição das Instituições que atuam com recursos do FCO alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste. O Banco do Brasil S.A. atua com todos os portes de tomadores e as demais instituições atuam com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores.

15. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO

15.1. Leis e Medidas Provisórias

- Medida Provisória n.º 565, de 24.04.2012 – Altera a Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei no 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.

15.2. Resoluções CMN/Bacen

- 4.081, de 22.05.2012 – Autoriza a contratação de operação de investimento, ao amparo da Linha Especial de Crédito de Investimento para Produção de Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mais Alimentos), para agricultores familiares que tiveram perdas por estiagem, seca, excesso de chuvas, enchentes ou enxurradas;
- 4.107, de 28.06.2012 – Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013.

15.3. Resoluções do Condel/FCO

- 442, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Condições Gerais de Financiamento – Restrições;
- 443, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Programação Orçamentária – Aplicação dos Recursos – Limite máximo de 20% dos recursos previstos anualmente para contratações junto a beneficiários de grande porte;
- 444, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Empresarial para MGE – Condições de Financiamento – Limite Financiável;
- 445, de 03.05.2012 – Programação do FCO para 2012: Criação de Grupo de Trabalho;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

- 446, de 03.05.2012 – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): Indicadores e Metas de Gestão de Desempenho para 2012;
- 447, de 15.06.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural – Condições de Financiamento – Classificação Quanto ao Porte;
- 448, de 15.06.2012 – Programação do FCO para 2012: Programa de FCO Rural – Condições de Financiamento – Linhas de Financiamento – Crédito Emergencial para a Suinocultura;
- 449, de 15.06.2012 – Relatório de Gestão do FCO – Exercício de 2011 – Relatório de Gestão apresentado pelo Banco do Brasil S.A.

16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, no decorrer do 1º semestre de 2012, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas ações, dentre as quais destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências, submetidos ao Condel;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel/FCO;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo da Coletiva FCO, no dia 12.01.2012; Encontro de Turismo Regional, em Campo Grande (MS), de 15 a 18.03.2012; Oficina FCO Turismo, em Brasília (DF), no dia 20.03.2012; 1º Encontro de Empreendedores do Centro-Oeste, em Cuiabá (MT), no dia 14.04.2012; Agrobrasil, de 15 a 19.05.2012; Expo MS Industrial, em Campo Grande (MS), de 22 a 25.05.2012;

- participação no Agrobrasília, de 15 a 19.05.2012, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídos materiais sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo. Uma área do estande foi destinada à exposição de produtos de artesãos de arranjos produtivos locais;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO; e
- confecção e distribuição de folhinhos e cartilhas sobre o FCO.

16.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO no 1º semestre de 2012, por meio dos Seminários FCO Itinerante, em conjunto com os Governos das Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outros parceiros.

16.1.1. Planejamento e Organização

No início do exercício de 2012, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste encaminhou ofício aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando o agendamento de reuniões com a participação de representantes do Governo Estadual, do Banco do Brasil S.A., dos demais agentes operadores, dos órgãos e entidades que integram o Conselho de Desenvolvimento Estadual e de outros parceiros, para definição da programação dos Seminários FCO Itinerante.

Por ocasião das reuniões, foram definidos os calendários dos Seminários (datas, locais, programação de palestras etc.), tendo sido priorizados os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

Coube aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul promover toda a articulação necessária ao cumprimento dos calendários.

16.1.2. Resultados

As contratações com recursos do FCO superaram R\$ 3.010,6 milhões no 1º semestre de 2012, o que representa um incremento de 34,6% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 2.237,4 milhões).

Com essas contratações, o saldo de financiamentos do FCO atingiu R\$ 16.981,8 milhões, sendo R\$ 5.944,4 milhões (35,0%) junto ao setor empresarial e R\$ 11.037,4 milhões (65,0%) junto ao rural.

E os Seminários FCO Itinerante foram relevantes para o atingimento desse resultado, uma vez que contribuíram para o aumento da demanda por investimentos de longo prazo, o incremento do volume de recursos destinados às diversas atividades econômicas e a cobertura de 99,6% dos 466 municípios da Região.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

Destaque-se que 27 municípios/cidades da Região receberam os Seminários Itinerantes no 1º semestre de 2012. E eles não contaram apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, reuniões com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões, visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo etc.

Tabela 40: Programação dos Seminários FCO Itinerante no 1º semestre de 2012

ESPAÇO	MUNICÍPIO/CIDADE	UF	DATA
DF e Entorno	1. Samambaia	DF	15.03.2012
	2. Padre Bernardo	GO	12.04.2012
	3. Recanto das Emas	DF	19.06.2012
	4. Formosa	GO	26.06.2012
MS	5. Naviraí	MS	28.03.2012
	6. Caarapó	MS	29.03.2012
	7. Três Lagoas	MS	26.04.2012
	8. Selvíria	MS	27.04.2012
	9. Dourados	MS	30.05.2012
	10. Nova Alvorada do Sul	MS	31.05.2012
	11. Bonito	MS	01.06.2012
	12. Nioaque	MS	27.06.2012
	13. Jardim	MS	28.06.2012
MT	14. Pedra Preta	MT	15.03.2012
	15. Juscimeira	MT	16.03.2012
	16. Campinápolis	MT	29.03.2012
	17. Santo Antônio do Leste	MT	30.03.2012
	18. Alto Paraguai	MT	12.04.2012
	19. Diamantino	MT	13.04.2012
	20. Tangará da Serra	MT	26.04.2012
	21. Barra do Bugres	MT	27.04.2012
	22. Rosário Oeste	MT	10.05.2012
	23. Poconé	MT	22.05.2012
	24. Nova Maringá	MT	24.05.2012
	25. Santo Antônio do Leverger	MT	31.05.2012
	26. São José dos Quatro Marcos	MT	05.06.2012
	27. Peixoto de Azevedo	MT	21.06.2012

a) Divulgação

Com relação às estratégias de comunicação e mobilização das empresas e produtores rurais para os eventos, foram realizadas parcerias com os Sebrae's locais, Prefeituras Municipais e/ou outros órgãos e entidades locais, a exemplo das Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDL, Associações Comerciais e Associações de Produtores Rurais.

A divulgação dos eventos foi realizada por meio de faixas e cartazes, folders, banners, spots em rádios, carros de som e envio de convite via mala direta, além de entrevistas e artigos na mídia regional.

Além de uma ampla cobertura da mídia, com entrevistas e matérias jornalísticas, os encontros contaram com ações, a exemplo da apresentação de casos de sucesso, que tornaram os eventos mais

dinâmicos e despertaram a atenção dos empresários e produtores rurais para as condições atrativas do FCO.

b) Local

Os eventos foram realizados em auditórios de instituições de ensino, de repartições públicas, de entidades não governamentais, bem como em espaços particulares apropriados para eventos dessa natureza.

c) Parcerias Institucionais

Os Seminários “FCO Itinerante” foram realizados a partir de uma parceria formada com o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, os Governos das UF da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as Prefeituras Municipais, as Câmaras Municipais, as Câmaras de Dirigente Lojistas (CDL), os Sindicatos Rurais, as Associações de Produtores Rurais e outros parceiros relevantes em nível local.

Com isso, houve o reforço da parceria institucional e o maior conhecimento das realidades locais pelos técnicos e gestores dos órgãos e entidades participantes, bem como o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região.

d) Considerações finais

Os eventos transcorreram conforme o cronograma previsto. Cada um teve uma média de público de 100 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local. Alguns Seminários contaram, inclusive, com a participação de representante da Controladoria-Geral da União – CGU (Nioaque e Jardim-MS).

Tudo isso resultou na alavancagem das contratações com os recursos do FCO, ampliando os financiamentos especialmente nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2012 (R\$ 2.576,6 milhões) representou 110,3% do previsto (R\$ 2.335,0 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais de algumas das fontes de recursos do Fundo;
- as contratações atingiram R\$ 3.010,6 milhões, o que representa um incremento de 34,6% em relação às do 1º semestre de 2011 (R\$ 2.237,4 milhões), bem como corresponde a 128,9% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.335,0 milhões), e a

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

116,8% do montante efetivamente distribuído no período para aplicação (R\$ 2.576,6 milhões);

- das contratações realizadas (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 321,5 milhões (10,7%) beneficiaram o DF; R\$ 1.110,7 milhões (36,9%) o Estado de GO; R\$ 640,6 milhões (21,3%) o Estado de MS; e R\$ 937,8 milhões (31,1%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 2.304,1 milhões, o que representa 76,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões);
- dos recursos aplicados (R\$ 3.010,6 milhões), R\$ 1.300,8 milhões (43,2%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.709,8 milhões (56,8%) o setor rural;
- as contratações do Pronaf ultrapassaram R\$ 404,8 milhões, montante 19,0% superior ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 340,0 milhões);
- o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-12,4%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,1). A quantidade de operações passou de 1.396 no 1º semestre de 2011 para 1.223 no 1º semestre de 2012 e o volume de recursos aplicados de R\$ 22,0 milhões para R\$ 18,9 milhões;
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 799,4 milhões, correspondentes a 61,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.300,8 milhões), a 26,5% do volume aplicado na Região (R\$ 3.010,6 milhões) e a 80,4% do limite de recursos para financiamento dos referidos setores no exercício (R\$ 994,8 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R\$ 325,8 milhões, consumindo 51,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empresas de menor porte atingiram R\$ 540,6 milhões, atingindo 73,2% do limite/teto respectivo;
- os financiamentos de custeio junto a pequeno-médios, médios e grandes produtores atingiram R\$ 149,6 milhões, consumindo apenas 20,1% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a pequeno-médias, médias e grandes empresas atingiram R\$ 185,4 milhões, atingindo 74,6% do limite/teto respectivo;
- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 545,1 milhões, o que representa 82,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 662,8 milhões) e incremento de 45,8% em relação ao observado no mesmo período de 2011 (R\$ 373,8 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 300,6 milhões, o que representa 108,5% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2012 (R\$ 277,1 milhões) e incremento de 73,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2011 (R\$ 173,2 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 948,2 milhões e R\$ 628,8 milhões, correspondentes a 20,9% e 31,5% do total contratado na Região (R\$ 3.010,6 milhões), respectivamente. Juntos, os municípios de economia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.577,0 milhões, o que representa 75,9% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2012 (R\$ 2.078,0 milhões);

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.433,6 milhões, correspondentes a 47,6% do total contratado na Região;
- o DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em municípios de alta renda (73,6% e 65,2% respectivamente), o Estado de MT em municípios de economia dinâmica (41,8%) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (67,1%);
- na RIDE, foram formalizadas 3.781 operações no montante de R\$ 321,5 milhões, sendo 2.670 operações no valor de R\$ 236,6 milhões no DF e 1.111 operações no valor de R\$ 84,9 milhões no Entorno;
- 9.138 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 888,4 milhões;
- do total de 39.428 operações no valor de R\$ 3.010.572 mil contratadas no 1º semestre de 2012, 39.302 operações no valor de R\$ 2.992.679 mil foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 126 no valor de R\$ 17.893 mil pelas instituições operadoras do repasse;
- das 42.955 propostas existentes no Banco no valor de R\$ 6.570,2 milhões, 39.428 no valor de R\$ 3.010,6 milhões foram contratadas e 3.527 no valor de R\$ 3.559,7 milhões não foram;
- dos 466 municípios existentes no Centro-Oeste, 464 (99,6%) contaram com operações no 1º semestre de 2012;
- a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2012, saldo de R\$ 16.981,8 milhões, o que representa incremento de 18,9% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.278,9 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,50%, sendo superior ao observado no final do 1º semestre de 2011 de 2,50%. O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco foi de apenas 0,48%;
- as disponibilidades do Fundo atingiram, em 30.06.2012, R\$ 72,0 milhões, montante 90,8% inferior ao observado em 30.06.2011 (R\$ 783,2 milhões);
- foram transferidos para perdas R\$ 106,6 milhões, sendo R\$ 102,8 milhões assumidos pelo BB e R\$ 3,8 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no 1º semestre de 2011, quando foram transferidos para perdas R\$ 122,1 milhões, sendo R\$ 119,4 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 2,7 milhões debitados ao FCO;
- foram recuperados R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 7,1 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo;
- Em 30.06.2012, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 16.015,8 milhões, o que representa um incremento de 13,5% em relação ao observado em 30.06.2011 (R\$ 14.111,6 milhões); e
- consoante os dados extraídos dos projetos financiados, estima-se em 314,8 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (117,2 mil diretos e 197,6 mil indiretos), no 1º semestre de 2012.

Cabe registrar que o Ministério da Integração Nacional, com base no art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e no art. 7º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, solicitou ao Banco do Brasil S.A., por meio do Ofício n.º 88/SFRI/MI, de 06.08.2012, a inclusão de um conjunto de informações no Relatório referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos

recursos do FCO no 1º semestre de 2012, com vistas ao aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do Fundo.

De acordo com o referido Ofício, o Relatório, contendo as informações solicitadas, deveria ser encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) até 28.09.2012, impreterivelmente.

A versão final do Relatório, acompanhada das Demonstrações Contábeis e do Parecer da Auditoria Independente, foi encaminhada pelo Banco do Brasil S.A., por e-mail de 08.12.2012, e pelo Ofício Diretoria de Governo/Gefup/Difup – 2012/015.804, de 17.12.2012. As justificativas para o atraso foram apresentadas por meio dos Ofícios Diretoria de Governo/Gefup – 2012/013.887, de 06.11.2012, e 2012/015.003, de 29.11.2012, e estavam relacionadas à ressalva da KPMG Auditores Independentes, de que tratou o item 13.11 retro.

Não obstante, caberia recomendar ao Banco que passe a apresentar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) o relatório de gestão do Fundo, de que trata o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, em até 90 (noventa) dias após o término do período em análise, permitindo aos administradores o cumprimento tempestivo de suas competências, em especial a de “avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais”.

18. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2012, com parecer favorável da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) à sua aprovação, com a mesma ressalva da KPMG Auditores Independentes (item 13.11 retro).

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar ao Banco do Brasil S.A. o seguinte:

- a) que, para as operações de risco 100% ou integral do Fundo, desenvolva e implemente solução que permita o cálculo e o registro das rendas a apropriar da referida carteira, representadas pelas rendas derivadas das operações em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias, observando os normativos em vigor (item 13.11 retro);
- b) que passe a apresentar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) o Relatório de que trata o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, em até 90 (noventa) dias após o término do período em análise (item 17 retro).

Sugerimos ao Condel, ainda, estabelecer o prazo de até 30 dias, a contar da publicação da Resolução que aprovar o Relatório, para que o Banco do Brasil S.A. envie à Secretaria-Executiva do Conselho plano de providências para tratamento das recomendações, conforme modelo a seguir:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2012

MODELO DE PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Relatório de Gestão do FCO, referente ao __ semestre de ____ (ou ao Exercício de ____)
Resolução Condel/Sudeco n.º _____, de __.__.____

1. Recomendação 1: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)

1.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).

1.2. Prazo: __.__.____.

2. Recomendação 2: (registrar a recomendação constante da Resolução Condel/Sudeco)

2.1. Providências a serem implementadas (discorrer sobre a forma de implementação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento).

2.2. Prazo: __.__.____.

[...]

Assinatura do Conselheiro Representante do Banco do Brasil S.A. no Condel/Sudeco
(Nome e Cargo)

RENATO SILVIO DE OLIVEIRA
Analista Técnico Administrativo – SFRI/MI

LUCIANA DE SOUSA BARROS
Analista Técnico Administrativo – Sudeco/MI

GRAYCE MARTINS DA SILVA GONÇALVES
Coordenadora – CGAC/DFRP/SFRI/MI

HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da RIDE/DF e
Espaços Prioritários – Sudeco/MI

BRENNO LEOPOLDO CAVALCANTE DE PAULA
Diretor do Departamento Financeiro e de Recuperação de
Projetos, em exercício – SFRI/MI

OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL
Diretor de Implementação de Programas e de Gestão de
Fundos, em exercício – Sudeco/MI

JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, em
exercício – SFRI/MI

MARCELO DOURADO
Diretor-Superintendente – Sudeco/MI